A Ásia no *Papel Forte* do Padre Antônio Vieira

Asia in Priest Antonio Vieira's *Papel Forte*

Andréa Doré [*]
Universidade Federal do Paraná

Resumo

No início de 1649, o Padre Antônio Vieira respondeu a uma solicitação do rei D. João IV, apresentando uma proposta de solução para a situação de Pernambuco. O *Parecer a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses* ficou conhecido como *Papel Forte* e contém a argumentação de Vieira sobre a necessidade de se evitar a guerra contra os holandeses por meio da entrega do nordeste do Brasil a fim de se manter a soberania portuguesa e privilegiar a defesa das possessões portuguesas na Índia. Este artigo se propõe a discutir as escolhas feitas por Vieira ao oferecer as informações ao rei sobre seus domínios na Ásia e as possíveis fontes dessas informações.

Palavras-chave: Padre Antônio Vieira; *Papel Forte*; Portugueses na Ásia.

Resumé

Au début de 1649, le Père Antônio Vieira a répondu à une demande du roi Jean IV, présentant une solution à la situation de Pernambuco. Le document intitulé *Parecer a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses*, est connu sous le nom de *Papel forte* et contient l'argument de Vieira au sujet de la nécessité d'éviter la guerre contre les Pays-Bas par la livraison du nord-ste du Brésil afin de maintenir la monarchie portugaise et se concentrer sur la défense des possessions portugaises en Inde. Cet article vise à discuter les choix des informations sur l'Asie fait par Vieira et suggérer leur possible sources.

Mots-clé: Père Antônio Vieira; *Papel Forte*; Portugais en Asie.

● **Enviado em: 08/05/2017**
● **Aprovado em: 27/06/2017**

[*] Possui Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1996) e Diplôme d'Etudes Approfondies pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1995). Realizou Doutorado em História Social na Universidade Federal Fluminense (2002) e pós-doutorado na Harvard University (2013). Também em 2013 foi bolsista na John Carter Brown Library, na Brown University, nos Estados Unidos. É professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná desde 2003, nas áreas de Teoria da História e História Moderna, com pesquisas e orientações na graduação e pós-graduação voltadas para o estudo da primeira modernidade com ênfase no Império Português, notadamente no Oceano Índico e no Brasil; experiências de cativeiro; Renascimento e Humanismo na Europa; história da cartografia e história do Brasil no período moderno.

Antônio Vieira nasceu em Lisboa em 1608 e seguiu para o Brasil com a família em 1614 quando seu pai foi nomeado escrivão em Salvador. Estudou no Colégio da Companhia de Jesus e entrou para a ordem em 1623. Após a restauração de D. João IV, o Padre Vieira voltou para o Reino no início de 1641, exerceu função de pregador, conselheiro e diplomata extraoficial nas negociações entre Portugal e Holanda, foi perseguido pela Inquisição e depois pelos colonos do Maranhão. Morreu em Salvador em 1697. Esse resumo da vida de Vieira localiza sua trajetória no tempo mas simplifica um percurso bastante complexo e controverso que não cessa de atrair a atenção de estudiosos de diferentes áreas e abordagens buscando elucidar os mais variados aspectos de sua obra e das batalhas nas quais se envolveu. Este artigo tem como objeto um documento resultante de uma dessas batalhas, a que lhe valeu, a ele e ao embaixador português em Haia, Francisco de Souza Coutinho, o apelido de "Judas do Brasil"[1]. Trata-se do texto conhecido como *Papel Forte*, em que defendia a entrega de Pernambuco como parte do acordo de paz com as Províncias Unidas dos Países Baixos. Mais especificamente, este artigo se dedica a analisar as informações sobre os domínios asiáticos de Portugal inseridas por Vieira em seu texto e como foram usadas pelo pregador e conselheiro do rei para dar solidez aos seus argumentos.

No início de 1649, em resposta a uma ordem do rei D. João IV, o Padre Antônio Vieira apresentou uma proposta de solução para a situação em que se encontrava o império. Na Península Ibérica os portugueses estavam em guerra contra os espanhóis pela restauração da dinastia portuguesa e fora da Europa enfrentavam os holandeses em portos da África, da Ásia e da América. Em Pernambuco, no nordeste do Estado do Brasil, a dominação holandesa vinha desde 1630. O *Parecer a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses* foi batizado pelo próprio rei com o nome de *Papel Forte* e continha conselhos de Vieira para enfrentar as diferentes ameaças, apontando como necessária a entrega do nordeste do Brasil a fim de evitar a qualquer custo a guerra contra os holandeses.

Vieira havia assistido e comemorado no púlpito o rechaço à segunda tentativa holandesa de ocupar Salvador em 1638. No *Sermão da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel,* pregado na Misericórdia da Bahia, atribuiu a vitória portuguesa não ao "numeroso dos seus presídios, nem o valoroso dos seus soldados", mas às orações: "Nos conventos religiosos, nas igrejas públicas, nas casas e famílias particulares, todos oravam (...). Esta

[1] MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3º ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003, p. 141. Para uma biografia de Vieira, ver VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira. Jesuíta do rei*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

bataria das mãos desarmadas, mas levantadas ao céu, foi mais verdadeiramente a que nos deu a vitória."[2] Em mais de um sermão, apelou ou agradeceu a intervenção divina para o resultado dos combates.

No *Papel Forte,* porém, não há menção a orações. Vieira queria convencer o rei de que na ânsia de preservar todos os seus domínios na África, na América e na Ásia, enfrentando os holandeses no campo de batalha, arriscava-se perder tudo, inclusive a soberania portuguesa. Só a diplomacia e a renúncia de parte desses domínios poderiam garantir que todo o Império não ruísse. A parte a ser entregue aos holandeses era justamente o nordeste do Brasil, aquela que, segundo Vieira, já lhe pertencia, uma vez que havia sido conquistada pelas armas. Vieira havia participado das negociações diplomáticas com os Estados Gerais e considerava que as cláusulas do acordo que chegava às mãos de D. João IV eram as mais vantajosas para Portugal.

As oposições aos termos do acordo de paz eram fortes e vinham de todos os lados. Partiam da aristocracia, da Igreja, da burocracia régia e dos comerciantes de Lisboa.[3] Vieira organizou seu texto refutando os argumentos apresentados pelos "valentões", como eram chamados os que defendiam a guerra contra os holandeses. Dividiu sua explanação em quatro pontos respondendo à argumentação elaborada pelo procurador da Fazenda, Pedro Fernandes Monteiro, cujo parecer o rei havia encaminhado a Vieira. No primeiro ponto, refutava os inconvenientes da capitulação apontados pelos que queriam a solução pela guerra. Vieira negava que a entrega de Pernambuco significaria o abandono dos católicos às mãos da Igreja reformada, porque os católicos poderiam deixar os territórios, havia garantia de liberdade de culto prevista no tratado, não haveria novas conversões a promover devido à ausência de gentios e a cristandade seria muita mais numerosa na Ásia, como se verá mais à frente. Vieira também escreveu que o rei não tinha obrigação de sustentar os portugueses de Pernambuco na guerra, uma vez que tinham se sublevado contra os holandeses por vontade própria e sem a promessa de socorro por parte da Coroa. Outros "inconvenientes" apontados pelo parecer, num total de oito, foram refutados por Vieira, como a defesa da

---

2 *Sermões. Obras completas do Padre Antônio Vieira*. Vol. XIV. Porto, Lello & Irmãos Editores, 1959, parte IV.

3 Ver MELLO. *O negócio do Brasil*, p. 144. Para análises do texto de Vieira, ver VAINFAS, Ronaldo. "Judas do *Papel Forte*". In *Antônio Vieira. Jesuíta do rei*, pp. 153-167; VAINFAS, Ronaldo. "Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa". In *Tempo,* vol. 27, 2009, pp. 82-100; NEVES, Luiz Felipe Baêta. "Deus, Holandeses e o destino de Portugal na imaginação social do padre Vieira. Dois Ensaios". In *Terrena cidade celeste. Imaginação social jesuítica e Inquisição*. Rio de Janeiro, Atlântica, 2003, pp. 143-162; DOMINGUES, Beatriz Helena. "Antônio Vieira entre o púlpito e a tribuna: algumas reflexões sobre o *Sermão do Bom Ladrão* e o *Papel Forte*". In *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 17, 443, abr./jun. 2009, pp. 131-153.

reputação de Portugal e a situação precária de Pernambuco, minimizando os prejuízos da entrega de um território que ele apresentava arruinado e sem grande valor econômico.[4]

O segundo ponto defendido pelos "valentões" e refutado por Vieira era a proposta de se fazer a paz com os holandeses *sem* a entrega de Pernambuco. Os opositores de Vieira afirmavam que se não houvesse apoio da Coroa portuguesa para essa decisão, os moradores de Pernambuco poderiam pedir auxílio a outro príncipe. Vieira destacou a impossibilidade da estratégia, uma vez que não haveria naquele momento na Europa outro soberano capaz de se envolver numa guerra contra os holandeses. Era também inviável comprar Pernambuco aos holandeses, visto que a proposta já havia sido sucessivamente recusada. O embaixador Souza Coutinho, de quem Vieira havia sido assessor, já tinha oferecido 3.000.000 de cruzados pela região, em fevereiro de 1647, sem sucesso.[5]

O terceiro ponto refutava os que defendiam que se assumisse o estado de guerra contra os holandeses a fim de recuperar Pernambuco. Vieira só previa fracasso dessa decisão. Enumerou as condições econômicas e de defesa de cada uma das partes e concluiu: "finalmente, os holandeses tem a sua indústria, o seu cuidado, a sua cobiça, o seu amor entre si, e ao bem comum; nós temos a nossa desunião, a nossa inveja, a nossa presunção, o nosso descuido, e a nossa perpétua atenção ao particular".[6]

O quarto ponto, finalmente, respondia à argumentação de que haveria dois meios para Portugal sustentar a guerra. O primeiro seria a criação de companhias mercantis, medida considerada acertada e necessária, mas de resultado a longo prazo e insuficiente para atender à urgência da situação. O segundo meio seria substituir as caravelas e realizar o transporte do açúcar por navios de força escoltados por esquadras. Vieira também entendia que a introdução de navios de força era acertada e "conveniente para todo o tempo e sucesso",[7] mas afirmava que a medida era incapaz de resolver os problemas de defesa de Portugal, no mar ou em terra.

Depois de confrontar seus argumentos com o dos "valentões", o autor, na segunda parte do documento, descreve as condições das praças portuguesas. Começa pelos domínios na América, sintetizando dados sobre a costa do Brasil. Descreve em seguida as praças na África, desde a região do Mediterrâneo, percorre a costa Atlântica e, contornando

4 "Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses". In PÉCORA, Alcir (org.). *Escritos históricos e políticos do Padre Antônio Vieira*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, pp. 310-334.
5 MELLO. *O negócio do Brasil,* p. 103.
6 "Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses", p. 343.
7 Idem, p. 348.

o Cabo da Boa Esperança, cita as fortificações na costa oriental africana. Vieira finaliza o texto com informações sobre as praças asiáticas.

Não é possível afirmar com segurança em que medida os vários levantamentos elaborados ao longo de um período que já contava mais de cento e cinquenta anos de presença portuguesa na Índia serviram de fonte para Vieira montar o seu próprio quadro das condições das praças. Não há nenhuma menção a um autor, fosse religioso, cronista ou cartógrafo. As informações poderiam ter sua origem nas cartas dos jesuítas, nas Cartas Ânuas, mas também não há referência nesse sentido e o conteúdo dessas cartas, em geral, não se dedica a questões de defesa militar, com exceção dos momentos de batalha ou de cerco que afetavam toda a comunidade cristã. Suas informações poderiam ainda se basear na vasta correspondência entre Lisboa e Goa a que teria tido acesso, ou ao trabalho de informantes que circulavam pela corte. Sem que o próprio autor nos indique suas fontes pode-se, porém, cotejar os dados que ele insere com aqueles disponíveis em outros relatórios, enviados ao rei, no mesmo contexto. São documentos produzidos com vários anos de intervalo, por isso a ênfase não recai sobre a exatidão dos dados, mas sobre a forma como são apresentados.

A relação que Vieira apresenta das possessões na Ásia corresponde à conformação fragmentária do Estado da Índia portuguesa. Tratava-se de um império em forma de rede, fixado em pontos estratégicos, em portos e ilhas às margens do Índico, baseado no comércio e no transporte de especiarias, sem bases territoriais relevantes.[8] A descontinuidade desse império se refletiu, igualmente, na forma como se organizaram os relatórios sobre o estado das possessões portuguesas no Oriente, fossem textos descritivos ou conjuntos de mapas. Apesar do período da união das coroas ibéricas concentrar um volume importante de levantamentos sobre as praças portuguesas, se comparado com outros momentos, há relatórios com vistas de fortalezas produzidos ainda antes de 1580. O primeiro deles deve-se aos diários-roteiros escritos por D. João de Castro entre 1538 e 1541, pouco antes de ocupar o cargo de vice-rei, de 1545 a 1548. Alguns anos depois, Gaspar Correia escreveu

[8] Para sínteses da conformação da presença portuguesa na Ásia, ver SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Império asiático português 1500-1700. Uma história política e económica*. Lisboa, Difel, 1995; THOMAZ, Luís Filipe. "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI". In *De Ceuta a Timor*. Lisboa, Difel, 1994. O caráter permanentemente cercado dessa presença é a tese que desenvolvo em *Sitiados. Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia, 1498-1622*. São Paulo: Alameda, 2010.

suas *Lendas da Índia* e incluiu representações de fortalezas e povoações portuguesas e muçulmanas.[9]

Já no período filipino, data de 1582 o *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitaneas, e mais cargos, que nelas ha, e da importância delles,* editado somente em 1952 por Francisco Mendes da Luz, uma panorâmica sem plantas do Estado da Índia.[10] Os reis espanhóis expediram mais de uma vez ordens para o envio de informações sobre os domínios na Ásia. Não se pode afirmar se foi esta foi uma das respostas enviadas ao rei, mas em 1610, o mestiço malaio-português, Manuel Godinho de Erédia, preparou um atlas com vinte *Plantas de praças das conquistas de Portugal*, feito por ordem do vice-rei Rui Lourenço de Távora. [11]

O documento anônimo e sem data intitulado *Relação das Plantas & Dezcripsões de todas as Fortalezas, Cidades, e Povoações que os Portuguezes tem no Estado da Índia Oriental* também não contém mapas ou vistas das fortalezas. Os mapas devem ter se perdido, porque o autor faz menção a eles em seu texto. Pode ser datado entre 1616 e 1622, uma vez que descreve a Fortaleza de São Gerônimo, em frente a Damão, construída pelo vice-rei D. Gerônimo de Azevedo, em 1616, e ainda descreve a Fortaleza de Ormuz como pertencente aos portugueses. Esta que seria perdida a uma aliança anglo-persa em 1622.[12]

Após uma ordem de Filipe IV ao vice-rei do Estado da Índia, o Conde de Linhares, foi elaborado nos anos 1634-35 o *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações da Índia Oriental*. Coube a Antônio Bocarro, cronista e guarda-mor dos Arquivos de Goa, reunir dados de todas as praças e foram incluídas 48 vistas de cidades, atribuídas a Pedro Barreto de Resende.[13] Outros documentos, de pouco conteúdo original, foram feitos em

---

9 *Roteiros de D. João de Castro* [Roteiro de Goa a Diu (1538-1539): Álbum das Tavoas]. Portugal, Agéncia Geral das Colônias, 1940 e CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*. Porto, Lello & Irmãos Editores, 1975. 4 vols. (Obra finalizada em 1563; 1ª ed. 1858-1866.)

10 LUZ, Francisco Paulo Mendes da. *Livro das cidades e fortalezas que a coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitanias, e mais cargos que nelas há, e da importância deles.* 2º ed. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

11 Sobre essas encomendas, ver CORTESÃO, Armando e MOTA, A. Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, vol. 5, pp. 60-65. O álbum é preservado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Sobre a trajetória e a obra cartográfica de Erédia, ver DORÉ, A. "Manuel Godinho de Erédia e a cartografia sobre o Estado da Índia no período filipino". In VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX.* Niterói, Eduff, 2006, pp. 375-388.

12 VEIGA, Augusto Botelho da Costa (ed.). *Relação das Plantas & Dezcripsões de todas as Fortalezas, Cidades, e Povoações que os Portuguezes tem no Estado da Índia Oriental*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1936. Sobre as datas de construção das fortalezas da Índia, ver GARCIA, José Manuel. "Breve roteiro das fortificações portuguesas no Estado da Índia". In *Revista Oceanos. Fortalezas da Expansão Portuguesa.* nº 28, Lisboa, out./nov. 1996, pp. 121-126.

13 BOCARRO, António [1635]. *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 3 vols, 1992. Sobre a autoria das plantas,

seguida: um códice anônimo, localizado no Paço Ducal de Vila Viçosa e intitulado *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, editado por Luís Silveira, e datado entre 1633 e 1641; e, às vésperas da Restauração, uma nova coleção, a *Descripçam da Fortaleza de Sofala, e das mais da India com uma Rellaçam das Religiões todas, q há no mesmo Estado*, de autoria do cosmógrafo-mor do reino Antonio de Mariz Carneiro, de 1639, num total de 48 imagens das praças portuguesas, de Sofala a Macau. [14]

A cristandade na Ásia

As informações sobre o estado dos domínios portugueses na Ásia surgem em dois momentos no *Papel Forte*. No início do texto, Vieira se debruça sobre a questão religiosa. O argumento dos "valentões" era de que a entrega de Pernambuco colocaria a perder as almas católicas desta região do Brasil. Vieira afirma, porém, que não havia cristandade importante em Pernambuco e que esta seria muito mais numerosa na Ásia. Apresenta um quadro bastante otimista:

> Em Moçambique e rios de Cuama, quinze mil cristãos. Na ilha de Salsete de Goa, cem mil. Na ilha de Salsete do Norte, duzentas e cinquenta mil. No Samorim e Taner dois mil. Na Cristandade da Serra, duzentas mil. No reino de Muterte, cinco mil. No Maduré e reinos vizinhos, sete mil. Em Manar, doze mil. Em Genefatão, sessenta mil. Na costa de Travancor, quarenta mil. Na costa da Pescaria, oitenta mil. No Ceilão, quarenta mil. Em Malaca, vinte mil. Em Bengala, quatro mil. Na China, sessenta mil. Na Cochinchina, vinte mil. Em Amboino, vinte mil. Em Pegu, dez mil. Em outras ilhas dos malucos, em que assistem portugueses, vinte mil. Em Tunquim, duzentos mil. Em Aynam, cinco mil. No Japão, duzentos mil.[15]

---

ver ALEGRIA, Maria Fernanda et alii. "Portuguese cartography in the Renaissance". In WOODWARD, David (ed.). *The History of Cartography. Volume 3. Cartography in the European Renaissance. Part 1.* Chicago, The Chicago University Press, 2007, pp. 1024-1025. Sobre seu autor, ver BOXER, Charles. "Antonio Bocarro and the 'Livro do Estado da Índia Oriental' ". Separata de *Garcia da Orta. Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*. Número especial, 1956, pp. 203-219 e CID, Isabel. 1991. "Uma visão sobre as fortalezas do Estado da Índia". In *Actas do II Colóquio Panorama e Perspectivas actuais da história militar em Portugal.* Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 249-258. Para uma análise em paralelo da obra de Bocarro e do *Livro que dá razão do Estado do Brasil,* ver DORÉ, A. "O deslocamento de interesses da Índia para o Brasil durante a União Ibérica: mapas e relatos". *Colonial Latin American Review,* Vol. 23, Issue 02, 2014, pp. 172-197.

14 SILVEIRA, Luís (ed.). *Livro das plantas das fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do marítimo dos reinos e províncias onde estão situadas*. Lisboa, Centro de Documentação e Informação do IICT, 1988; CARNEIRO, Antônio de Mariz. *Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da Índia*. Reprodução do cód. Iluminado 149 da Biblioteca Nacional de Portugal. Nota introdutória e legendas de Pedro Dias. Lisboa, Fundação Oriente, 1990.

15 "Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses", p. 312.

O número de cristãos chegaria, assim, a 1 milhão e 190 mil almas, considerando apenas os que eram doutrinados pelos padres da Companhia de Jesus, como afirma o autor. Esses números levam Vieira a indicar ao rei que, sendo "a glória de Deus e o aumento da fé católica" a sua primeira obrigação, era nas regiões da Índia que se deveriam concentrar os esforços, e não colocar tudo isto em perigo, "para conservar uma parte tão duvidosa que nos resta de Pernambuco, aonde não há conversões sem cristandades".[16] Ronaldo Vainfas já apontou o equívoco de Vieira quando este afirma que não havia gentios a serem evangelizados em Pernambuco.[17] Se Vieira argumenta, baseado em uma inverdade, que deveria ser menor o interesse no nordeste do Brasil por não haverem almas a catequisar, há também exagero ou desinformação na defesa da manutenção das praças da Índia como promissora área de conversão.

Nos lugares citados no trecho acima a presença portuguesa teve impactos muito diferentes e mesmo os estatutos dessa presença não eram comparáveis, como o Império da "China" e "Manar", uma ilha no Ceilão onde os portugueses tinham uma pequena fortaleza. Bocarro a descreve, cerca de quinze anos antes de Vieira, como já decadente e inexpressiva:

> É feita em quadro, como de planta se vê. Os lanços de muro que correm de baluarte a baluarte, em os três que tem, é cousa de pouca consideração, baixo e duas braças de altura (...). Mas como esta fortaleza foi mui opulenta e de grande rendimento pela pescaria do aljofre que em seu distrito se fazia e esta esteja acabada, também ela o está, não lhe ficando mais em tudo o referido que umas semelhanças do muito que antigamente foi.[18]

O Ceilão é também citado e Genefatão (Jafanapatão), outra fortaleza localizada na ilha. Vieira inclui Tunquim (Tonkin), no atual Vietnã, e Aynam, próxima ao porto de Hien, ambas com importantes conexões com Macau. Mas Vieira também cita números da cristandade na China, sem que se possa saber a que região se refere exatamente.

"Samorim e Taner" pode se referir à região de Calicute, local da Índia em que aportou Vasco da Gama e que nunca pôde ser conquistada pelos portugueses. Houve ali uma fortaleza, construída em 1513, mas que não perdurou. O Samorim de Calicute era o soberano hindu da cidade. A região de Travancore, no extremo sul da costa ocidental da Índia, aparece com mais frequência quando é referida a fortaleza de Coulão que, assim como

16 Idem, p. 313.
17 VAINFAS, Ronaldo. "Judas do *Papel Forte*". In *Antônio Vieira. Jesuíta do rei*, p. 156.
18 BOCARRO, António. *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol II, 1992 [1635], fl. 121; p. 212. A grafia foi atualizada. Segundo Garcia, a fortaleza, quadrangular, tinha dezoito metros de lado. Cf. GARCIA. "Breve roteiro das fortificações portuguesas no Estado da Índia", p. 126.

a Costa da Pescaria, foi espaço de atuação do Padre Francisco Xavier. A Cristandade da Serra, por sua vez, diz respeito a uma comunidade pré-existente à chegada dos portugueses, localizada ao sul de Coulão, chamados de cristãos do Oriente, ou cristãos de São Tomé, considerados heréticos e depois resgatados pela ação dos missionários.

Outros dois topônimos presentes na citação, Bengala e Pegu, correspondem a um espaço em que a presença portuguesa teve características muito diferentes das que se verificou na costa ociental da Índia. São diferenças marcantes que se apagam na opacidade da lista de nomes. Bengala corresponderia ao Golfo de Bengala, cujos contornos são a costa oriental da Índia, a leste, e o reino de Pegu, a oeste. Segundo Subrahmanyam, no final do século XVII já se pensava o conceito, hoje em desuso, de Golfo de Bengala como uma unidade histórica, considerando as diferenças entre essas áreas e as do Oceano Índico ou do arquipélago da Indonésia.[19] A presença cristã à qual Vieira se refere se espalharia pelas grandes regiões de Bengala e de Pegu, caracterizadas pela ausência do poder político português e pela atividade de aventureiros, "arrenegados" e "alevantados", evadidos do controle do Estado da Índia. Os primeiros portugueses teriam ali chegado na década de 1520, após abandonarem a praça de Malaca ou desertado das fortalezas do Índico ocidental, numa onda em que se insinuariam "a deserção e a deslealdade", como escreve Subrahmanyam. As atividades religiosas nesses espaços foram desenvolvidas pelas ordens religiosas, a dos Jesuítas de Vieira, porém, com maior destaque pelos Agostinhos.[20]

As dimensões da cristandade que Vieira informa ao rei não são compatíveis com o que relatam outras fontes. Frente aos "quinze mil cristãos" que diz existirem em Moçambique e rios de Cuama, na costa oriental da África, o cronista Antônio Bocarro escreveu em seu relatório: "A Cristandade que temos nas terras deste rei [onde se encontra a Ilha e a Fortaleza de Moçambique] é mui pouca porque, tirado os cativos dos portugueses que vão e vem a ela a negócios de seus amos, os mais, se algum se faz cristão em pequeno, em sendo grande tornam a seguir seus ritos".[21] Escreve ainda que a gentilidade dos rios de Cuama está a cargo dos dominicanos e a cristandade é ali também frágil e feita de cafres cativos, "que são os que logo se fazem cristãos (...) e quando muito só nomeia a Deus com boca, porém nas obras nenhum sinal dá de saber que cousa é Deus".[22]

---

19 Ver SUBRAHMANYAM, S. *Comércio e conflito*. Lisboa, Edições 70, 1994, p. 13. O autor cita a obra do comerciante inglês Thomas Bowrey, *Geographical Account of Countires Round the Bay of Bengal*, *1669 to 1679*, ed. R. C. Temple. Cambridge, 1905.

20 SUBRAHMANYAM, *Comércio e conflito*, pp. 15, 17-18.

21 BOCARRO, António. *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, fl. 4v; p. 16. A grafia foi atualizada.

22 Idem, fl. 7; p. 21.

Na carta ânua da vice-província da China de 1646, documento que pode ter passado pelas mão de Vieira, o relato era de que a missão estava a cargo de 24 padres e irmãos, espalhados por onze províncias. Dessas, apenas uma havia mandado notícias naquele ano, apontando que as conversões "passarão de 400". "E com tudo a falta que mais se sente é de obreiros, estando muitas Igrejas sem eles".[23]

Vieira também parece ter pouco discernimento a respeito da importância das praças para o Império português ou sobre o poder efetivo dos portugueses nas localidades citadas. Em Amboíno, no Extremo Oriente, na região das Ilhas Molucas, onde ele afirma existirem vinte mil cristãos, não havia mais a presença oficial de Portugal. Em outros momentos, houve ali duas fortificações, a primeira destruída em 1571 e a segunda conquistada pelos holandeses em 1605. Mesmo destino da fortaleza de Malaca, em 1641, ponto fundamental para a circulação das naus portuguesas no arquipélago. Sem o poder político nesses locais, era difícil também a conversão. Os cronistas que viveram na Ásia sabiam disso. Territórios imprecisos e onde o poder político português não se fixou, como a China e o Japão, também foram citados por Vieira. Neste último, a presença cristã havia sido rechaçada com o édito de 1639 e o martírio de muitos fiéis.

As condições de defesa

O segundo momento em que Vieira se debruça sobre a Ásia é no final do documento, quando são relacionadas as condições em que se encontram as fortalezas na América, na África e na Ásia. Vieira apresenta este panorama como um apêndice à sua argumentação, centrada no fato de que é melhor entregar Pernambuco aos holandeses, aceitar as capitulações propostas e concentrar esforços na manutenção do "restante" do Império, e principalmente da soberania da monarquia portuguesa. Segundo o quadro que oferece, a fragilidade e a vulnerabilidade marcam os domínios e a entrega de Pernambuco poderia ser uma forma de não comprometer todo o Império. "Seu receio quase obsessivo", como escreveu Ronaldo Vainfas, "era o de perder a guerra contra a Espanha, caso o reino fosse obrigado a enfrentar uma guerra marítima contra a Holanda".[24]

A explanação de Vieira em relação à Ásia se diferencia dos outros levantamentos citados pela divisão geográfica que propõe para as possessões portuguesas. Para oferecer ao

23 GOUVEA, António de. *Cartas Ânuas da China*. Edição, Introdução e Notas de Horácio P. Araújo. Lisboa, Instituto Português do Oriente, Biblioteca Nacional, 1998, p. 298; fl. 418v. A grafia foi atualizada.

24 VAINFAS, Ronaldo. "Judas do *Papel Forte*", p. 162.

rei informações sobre os seus domínios, Vieira os divide de acordo com os continentes: América, África e Ásia. Dessa forma, as praças que se encontram sob a administração do Estado da Índia se dividem entre a África e a Ásia. Não é este o entendimento mais frequente por parte dos informantes do rei. O que comumente se informa é o estado dos domínios ao longo da Carreira da Índia, todos submissos à capital Goa, seguindo o roteiro da navegação da rota do Cabo. Os textos começam por apresentar as praças de Sofala, Moçambique, Mombaça na costa oriental africana, dali atravessam o Índico para os enclaves no Golfo Pérsico e percorrem a costa do subcontinente indiano em direção ao sul, descrevendo primeiro as Províncias do Norte, sendo as mais importantes Baçaim, Diu e Damão, depois as fortalezas mais numerosas na região do Malabar. O roteiro prossegue com as praças da Ilha do Ceilão, o atual Sri-Lanka, e o número de enclaves portugueses reduz-se drasticamente ao percorrer a costa oriental da Índia. Ali, apenas São Tomé de Meliapor foi uma praça portuguesa de importância. O material, cartográfico ou literário, se conclui com a descrição das praças para além do Cabo Camorim, com as praças do Extremo Oriente, sendo Macau e Malaca as mais importantes.

Vieira, curiosamente, não segue esse roteiro. Começa seu breve relatório ao rei citando a "cabeça de todo aquele estado"[25], Goa, a praça mais longamente descrita e ainda assim em menos de vinte linhas. Podemos supor que Vieira tivesse diante dos olhos um mapa em que pudesse escolher um ponto de partida – Goa – e dali descrever as possessões portuguesas ao norte e ao sul. A mesma obordagem é adotada para descrever a presença portuguesa nos outros continentes: inicia a América com "a cabeça e principal cidade do Brasil", a Bahia de Todos os Santos, e a costa africana destaca a cidade de S. Paulo de Luanda, "cabeça do reino de Angola". Por um lado, a divisão de Vieira pode ser entendida como uma opção moderna, entende os espaços como continentes e supera o desenho estabelecido pela geografia medieval que considerava não uma, mas três Índias: a Índia Maior, ou Hindustão — o que se entende como o subcontinente indiano —, a Índia Menor — englobando as penínsulas do Sudeste asiático -, e uma terceira Índia — a Etiópia e a costa da Ásia do Sudoeste.[26] Por outro lado, sua divisão em continentes é incoerente com a forma como os territórios eram administrados, já que a praças da costa oriental da África pertenciam ao Estado da Índia, administrado a partir de Goa.

25 "Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses", p. 358.

26 Ver FONSECA, Luís Adão da. "O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16". In: *Estudos Avançados*. Vol. 6, nº 16, 1992, p. 37.

No início do relato sobre a Ásia uma breve afirmação sintetiza boa parte dos problemas que os portugueses deveriam enfrentar na Índia durante o século XVII. Ao tratar de Goa, escreve que ali se encontram "quatro armadas de remo, que servem de conduzir as cáfilas, e de as defender contra os malabares, que contra os holandeses não podem".[27] Esse entendimento era expresso por homens experientes da realidade asiática, ou seja, a permanência dos portugueses, o seu domínio sobre portos importantes da Índia só tinha sido possível porque as técnicas e os equipamentos de guerra de seus opositores não estavam preparados para enfrentar a artilharia europeia. A chegada dos holandeses ao Índico mudava esse quadro. Francisco Rodrigues Silveira, experiente soldado português, autor de uma proposta de *Reformulação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental,* já tinha escrito em 1619 que para os portugueses a "perdição era passarem a Índia inimigos de cá da Europa que se confederassem contra nós com os reis vizinhos".[28]

Os relatórios encomendados pelo rei ou elaborados voluntariamente por seus súditos, que podem estar na origem das informações de Vieira, são bastante desiguais na extensão e variedade das informações que contêm. Nem todas as localidades recebem a mesma atenção, considerando que sua importância também varia. Tendo em vista apenas os que foram organizados na forma de texto, pode-se, porém, identificar alguns temas recorrentes: dados históricos relacionados à forma como foi construída a fortaleza e a comunidade portuguesa que ela abriga, se foi conquistada após uma batalha ou foi uma concessão fruto de acordo com o potentado local; a localização geográfica, dados de latitude e longitude, condições do porto, rios, montanhas e ilhas nas proximidades; a presença religiosa e administrativa, as ordens, conventos e tribunais; informações sobre a população, número de portugueses, soldados e *casados*, naturais da terra convertidos, e outros grupos, como cafres, hindus ou muçulmanos; dados relativos às condições de defesa, muralhas, artilharia, e homens capazes de pegar em armas; produtos comercializados e a produção agrícola local.

Diante dessa variedade, o sucinto relatório de Antônio Vieira evita desvios e enfatiza apenas as informações que colaboram com sua argumentação. O próprio rei havia pedido um parecer "no mais breve estilo que fosse possível".[29] O que lhe interessa mostrar ao rei é a vulnerabilidade dos domínios portugueses na Ásia e a necessidade de concentrar esforços e

27 "Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses", p. 358.
28 SILVEIRA, Francisco Rodrigues. "Discurso sobre o progresso dos Gelandeses entrados novamente na Índia...", 1619. In *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental.* Transcrição, Notas e Índice: Benjamin N. Teensma. Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 247.
29 "Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses", p. 309.

recursos e, acima de tudo, a necessidade de manter a paz com Holanda. A concisão com que deveria atender à ordem do rei exigia escolhas e Vieira as fez a seu favor.

Mas como se pode interpretar essas escolhas? Em sua análise desse documento, Vainfas entende que o seu autor "não estava interessado em valorizar as vitórias de uma guerra que condenava".[30] Nesse sentido, não cita sequer a vitória dos insurgentes de Pernambuco contra os holandeses em Guararapes, em abril de 1648. Baêta Neves, por sua vez, analisa a estratégia persuasiva de Vieira quando cita o grande número de fortalezas portuguesas nos três continentes e conclui que por meio da "pletora de informações" que apresenta, "ele manifesta saber torrencial e acachapante da 'realidade' a ponto tal que torna irrespondíveis ou de difícil resposta suas afirmações". O conhecimento de Vieira "*inibe*" ou "simplesmente amedronta o interlocutor eventual que se vê diante de um castelo de saber de altíssimas muralhas".[31]

Uma leitura mais atenta das informações que apresenta sobre a Ásia indica, porém, que o "elemento dissuasório", na expressão de Baêta Neves, empregado pelo autor se sobrepôs à atenção às diferenças de cada espaço descrito. Há uma sucessão de topônimos que coloca em um mesmo nível cidades, grandes reinos, regiões de grandes dimensões, fortalezas importantes e fortificações inexpressivas. São todos relacionados indiscriminadamente e o efeito desejado seria o de ofuscar qualquer argumentação contrária e convencer pelo seu conjunto sem, contudo, oferecer informações de grande utilidade.

Vieira concentrou as condições das praças portuguesas na Índia em, basicamente, duas variáveis: o número de peças de artilharia e o número de homens, entre os soldados da guarnição e os moradores portugueses das povoações. À pergunta que primeiro se faz o leitor do texto - "De onde, afinal, vêm todo este saber"[32]? - soma-se outra ainda mais difícil de responder. Como Vieira pôde sintetizar informações espalhadas por documentos de diferentes naturezas sobre áreas tão diversas e resumir as condições de uma praça a algumas palavras? A Fortaleza de Rachol, por exemplo, é descrita apenas como tendo "cinco peças, e vinte portugueses na povoação", a de Onor, "grande, de onze baluartes, pouca

30 VAINFAS, "Judas do *Papel Forte*", p. 162.
31 NEVES, Luiz Felipe Baêta. "Deus, holandeses e o destino de Portugal na imaginação social do padre Antônio Vieira; dois ensaios", pp. 148-149. Grifo do autor.
32 NEVES, "Deus, holandeses e o destino de Portugal na imaginação social do padre Antônio Vieira; dois ensaios", p. 149.

artilharia, e trinta e cinco portugueses moradores"; a de Mangalor "com trinta portugueses na povoação", e assim sucessivamente.[33]

Em outros momentos, se esses dados fossem suficientes para desencorajar uma campanha militar, os portugueses sequer teriam ido à Índia. A situação era realmente precária, mas a guerra na Índia se dava também por outros meios que o Padre Vieira ignorava ou omitia em sua argumentação. Em outros levantamentos não é descrito apenas o número de portugueses, mas também os de seus escravos e dos moradores cristãos "capazes de pegar em armas". Vieira também não considera os *casados*, categoria específica dos domínios na Ásia que abarcava os portugueses que tendo chegado à Índia como soldados, casavam-se com mulheres convertidas ao cristianismo – ou que eram convertidas para se casarem - e passavam a residir no interior da fortaleza ou na povoação próxima. Tinham privilégios, como uma pequena porção de terra, nas praças em que isso era possível, um cavalo, participavam da Câmara e também obrigações, uma vez que não faziam parte da guarnição militar em tempos de paz, mas eram contabilizados como "homens de armas" em momentos de ameaça.[34] Nas descrições de Bocarro, além do número de portugueses, efetivamente pequeno, a categoria dos casados e de seus escravos engrossam o contingente de defesa. Por fim, a incipiência das fortalezas retratada por Vieira contrasta ainda com o grande número de cristãos, mais de um milhão, que ele mesmo enumera na primeira parte do texto.

A forma como se refere a algumas fortalezas causa a impressão de que dispunha de informações atualizadas sobre suas condições. Sobre a Cidade de Baçaim, escreve "(fortificada de muros e baluartes, que *ainda não estão acabados*) tem pouca artilharia, nenhum soldado, e duzentos moradores portugueses"; a Cidade e fortaleza de Chaul é "cercada de muros e baluartes, que *não estão em sua perfeição*, tem treze peças de boa artilharia, menos de duzentos moradores portugueses", e da Fortaleza de Cambolim afirma: "com pouca artilharia, um capitão, e quinze soldados portugueses. É de lotação de cento e cinquenta lascarins (que são negros da terra) de que *ao presente* não há mais do que quatro ou cinco".[35] Quando se lê o relatório feito por Antônio Bocarro, verifica-se que não se chega facilmente a esses dados, uma vez que havia diferentes tipos de artilharia e a presença

33 "Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses", p. 360.

34 Ver DORÉ, A. "Os casados na Índia portuguesa: a mobilidade social de homens úteis". In MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALAINHO, Daniela Buono; FEITLER, Bruno; e FLORES, Jorge (eds.). *Raízes do privilégio. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, pp. 509-533.

35 "Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses", pp. 359-360. Grifo meu.

portuguesa podia se dividir entre o recinto da fortaleza e mais de uma povoação fora dos muros. Ressalte-se, porém, que muitos dados coincidem e que nos escapa o acesso que Vieira pode ter tido a informações que lhes permitiam atualizá-los. Um caso apenas, para exemplificar, permite destacar tanto o esforço na atualização dos números quanto atentar para a sua simplificação. Sobre a fortaleza de Cambolim, citada nas linhas acima por Vieira, escreve Bocarro:

> "A artilharia que há nesta fortaleza são cinco peças de bronze, de oito até doze libras de calibre, e dez entre falcões e meios falcões e berços que, como foi posta só contra os inimigos da terra, canaras, esta copia e qualidade era bastante.
> O presídio que tem esta fortaleza é um capitão dela, que também é capitão-mor do presídio, que vive em um dos ditos baluartes coberto de telha, como são os dois mais, ficando só um por cobrir. Tem mais doze portugueses, quatro dos quais são capitães destes quatro baluartes e os outros soldados, e entre eles dois bombardeiros. E também tem mais cento e cinquenta soldados pretos que chamam lascarins, cristãos dos canarins de Salsete.[36]

Neste trecho também se verifica a avaliação de que as condições de defesa seriam suficientes para enfrentamentos com reinos asiáticos, os "inimigos da terra", neste caso os "canaras", da região do Canará, na costa indiana. Se a artilharia e as práticas de guerra chegassem ao Índico, porém, as fortalezas portuguesas não poderiam resistir, como Vieira alertou também o rei.

Essa breve análise de alguns parágrafos da obra de Vieira permite discutir aspectos e levantar questões sobre a circulação, o registro de informações e a tomada de decisões no início do período moderno. Podemos chamar de "imprecisas" as informações que Vieira entregou ao rei? As escolhas e simplificações não são características exclusivas da retórica do conselheiro, diplomata e pregador Antônio Vieira. Sobre o mesmo assunto, o autor da *Relação das Plantas & Dezcripsões de todas as Fortalezas* também simplifica quando escreve em mais de um momento que a fortaleza "tem Capitão com guarnição de gente, e artilharia necessária para sua defesa". Assim estariam Onor, Barcelor, Cochin, Coulão, Columbo.[37] Em ambos os casos, a informação poderia tranquilizar ou alertar o rei, mas pouco dizia sobre as condições específicas de cada praça.

Por que Vieira, conhecedor muito mais íntimo das condições dos cristãos no Brasil do que na Índia, onde nunca esteve, constrói dali um quadro tão promissor para a missionação

---

36 BOCARRO, António. *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, fl. 102; p. 183. A grafia foi atualizada.

37 VEIGA, Augusto Botelho da Costa (ed.). *Relação das Plantas & Dezcripsões de todas as Fortalezas, Cidades, e Povoações que os Portuguezes tem no Estado da Índia Oriental*, pp. 33-42.

ao mesmo tempo em que desqualifica a cristandade de Pernambuco? Ao propor uma resposta corre-se o risco de supor uma estratégia mais articulada do que o próprio Vieira pôde construir. O cotejamento das fontes indica que ele desenhava um cenário equivocado a respeito de Pernambuco assim como da Ásia. É provável que de caso pensado sobre o primeiro e por ignorância no segundo. Omitia as vitórias portuguesas no Brasil, assim como as vitórias holandesas na Índia para concentrar as forças portuguesas na Península Ibérica e na guerra contra a Espanha. No processo de organização das informações a fim de municiar o rei para a tomada de decisões, é preciso considerar que as notícias não só demoravam a chegar, partindo da Europa ou dos domínios no ultramar, como podiam conter dados bastante incoerentes entre si. Por isso o pedido de pareceres era feito a diferentes partes envolvidas. No caso da questão discutida por Vieira em seu documento, justamente a indecisão, uma característica que se atribui a D. João IV, foi positiva para o Império, já que Pernambuco foi retomada aos holandeses por meio da guerra.